

O Núcleo de Acção Nacional em dois escritos desconhecidos de Fernando Pessoa

José Barreto*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, Núcleo de Acção Nacional, Ditadura Militar, Ideologia Anti-Partidos, Política Anti-Nacional.

Resumo

O autor revela dois textos desconhecidos de Fernando Pessoa relacionados com o Núcleo de Acção Nacional – o grupo político cujo órgão foi o jornal *Acção* (1919-1920) e que em 1928 figurou como editor de *O Interregno* de Pessoa. O primeiro texto é o programa de cinco pontos do NAN, que tinha sido publicado no jornal sidonista *Acção* em Maio de 1919 e que, segundo o autor, foi redigido por Fernando Pessoa. O segundo texto é um manifesto político assinado pelo NAN, datado de 8 Julho de 1926, na fase inicial da Ditadura Militar instaurada em 28 de Maio desse ano. O manifesto, que muito provavelmente não chegou a ser publicado, expõe as ideias do NAN, mais precisamente de Pessoa, num momento crítico da situação política, na véspera da chegada ao poder do general Óscar Carmona, em substituição do general Gomes da Costa. Pessoa critica a ideologia anti-partidos e anti-política dos governantes militares e enumera as forças “antinacionais” em presença na arena política, dos políticos corruptos aos comunistas, dos católicos organizados aos políticos “pseudo-nacionais” (os seguidores dos ultranacionalistas franceses Charles Maurras e Georges Valois e de Mussolini). O manifesto lança uma luz nova sobre as ideias políticas de Pessoa durante a Ditadura Militar e sobre a própria génese de *O Interregno*.

Keywords

Fernando Pessoa, *Núcleo de Acção Nacional*, Military Dictatorship, Anti-Party Ideology, Anti-National Politics.

Abstract

The author reveals two unknown texts by Fernando Pessoa related to the *Núcleo de Acção Nacional* – the political group whose organ was the *Acção* newspaper (1919-1920) and which would be the publisher of Pessoa's *O Interregno* in 1928. The first text is the NAN's five point program, which was published in the Sidonista newspaper *Acção* in May 1919 and, according to the author, was written by Fernando Pessoa himself. The second text is a political manifesto signed by the NAN and dated July 8, 1926, in the beginnings of the Military Dictatorship established on 28 May of that year. The manifesto, which very probably never got published, exposes the ideas of the NAN, or more precisely those of Pessoa, in a critical moment of the political situation, on the eve of the arrival to power of General Oscar Carmona, replacing General Gomes da Costa. Pessoa criticizes the anti-party and anti-political ideology of the military rulers, and lists the “anti-national” forces in presence on the political arena, from corrupt politicians to communists and from organized

* Instituto de Ciências Sociais — Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Catholics to “pseudo-national” politicians (the followers of French ultranationalists Charles Maurras and Georges Valois and of Mussolini). The manifesto sheds a new light on Pessoa’s political ideas during the Military Dictatorship and on the genesis of *O Interregno* itself.

Apresentam-se aqui dois escritos políticos de Fernando Pessoa relacionados com o Núcleo de Acção Nacional, até agora desconhecidos e recentemente encontrados e identificados no espólio do escritor.

1. BNP/E3, 92I-17*

Trata-se uma cópia dactilografada dos cinco pontos programáticos do Núcleo de Acção Nacional (adiante: NAN), grupo político nacionalista e sidonista aparentemente criado na primavera de 1919, no contexto do pós-sidonismo, na sequência também das tentativas frustradas de restauração monárquica (Monarquia do Norte e Revolta de Monsanto) e do regresso do Partido Democrático ao poder. O documento intitula-se NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL | OS SEUS FINS e coincide integralmente, tanto no título como no conteúdo com o programa do NAN publicado no órgão do mesmo grupo político, o jornal *Acção* (n.º 2, de 19 de Maio de 1919, p.2). Esse texto, eventualmente conhecido de quem tenha folheado a colecção do dito jornal, não tinha sido até agora identificado como obra de Fernando Pessoa. O facto de uma cópia a químico se encontrar no espólio do autor na Biblioteca Nacional de Portugal não bastaria, por si só, para estabelecer a sua autoria, sabendo-se que vários manuscritos e dactiloscritos não assinados ali existentes são de autoria alheia. Examinada a forma e o conteúdo do documento, constata-se todavia que a linguagem em que se encontra redigido e o seu conteúdo coincidem caracteristicamente com o modo de expressão e com o pensamento político coevo de Fernando Pessoa – necessidade de criação de uma opinião pública em Portugal, apartidarismo, promoção do desenvolvimento comercial e industrial através de planos de fomento específicos, acento posto na valorização do indivíduo, orientação da política externa portuguesa mais de acordo com os interesses comerciais do país do que com interesses puramente políticos. Inclusive a ortografia usada, como era regra em Fernando Pessoa, é a anterior à reforma de 1911. Não é de excluir que esses pontos programáticos do NAN tenham sido debatidos, ou pelo menos acordados, entre os componentes desse grupo político, em particular Geraldo Coelho de Jesus, o engenheiro e administrador de empresas que figura como director do jornal *Acção* no cabeçalho dos quatro únicos números publicados entre Maio de 1919 e Fevereiro de 1920. É também conhecido que em 1927 o Núcleo de Acção Nacional pediria a Fernando Pessoa que redigisse o panfleto *O Interregno*, segundo afirmação do próprio na página 5 deste polémico texto publicado em 1928.

A declaração dos “fins” do NAN é o único documento programático conhecido dessa organização que, como se disse, se situava no quadrante político sidonista do período pós-Sidónio. Da relação de Fernando Pessoa com o NAN pouco se sabe, para além da afirmação de não pertencer ao grupo (*O Interregno*, 1928: 5) e de ter sido o principal redactor e colaborador da *Acção*, se não o seu

virtual director na ausência frequente de Geraldo Coelho de Jesus, ao tempo administrador das Minas de Porto de Mós.¹ Seria também com a chancela do NAN que se publicaria em Março de 1928 o folheto *O Interregno*, antecedido por uma versão muito idêntica em folha volante (mas sem a autoria expressa de Fernando Pessoa), que a censura não deixou circular (cf. Barreto, 2012). Deste grupo político algo fantasmagórico o pouco que se sabe está relacionado com publicações e edições a que ligou o seu nome: foi seu órgão o jornal *Acção*, em cujo cabeçalho se declarava ser propriedade do NAN, o que permite apenas presumir que o grupo teria existência como pessoa jurídica; editou em 1919, em folheto, as *Bases para um Plano Industrial*, de Geraldo Coelho de Jesus, texto que fora publicado antes no jornal *Acção* (n.º 1, de 1 de Maio de 1919, pp. 4-6); editou o livro de poesia de Augusto Ferreira Gomes *Procissionial* (Leiria, 1921); editou por fim, em 1928, *O Interregno* de Fernando Pessoa. Não há qualquer registo de actividade do NAN, tanto no plano político como no editorial, posterior à publicação de *O Interregno* em Março de 1928. Pode conjecturar-se que Geraldo Coelho de Jesus terá sido membro ou líder do NAN, ao qual poderá ter pertencido também Augusto Ferreira Gomes e, eventualmente, o editor de *Acção*, Carlos de Noronha. Mas também é possível que o NAN não passasse de um grupo informal, sem direcção, ou de uma organização meramente nominal. O jornal *Acção*, com efeito, nunca se refere à actividade do NAN, apenas se limitando a publicar a declaração dos seus “fins” adiante reproduzida. Do citado folheto de Geraldo Coelho de Jesus, *Bases de um Plano Industrial*, sabe-se que foi distribuído gratuitamente e que em 1920 ia já na 3.ª edição (anúncio em *Acção*, n.º 4, 27 de Fevereiro de 1920, p. 3). O texto terá sido originalmente publicado no jornal *O Tempo* (apud Villaverde Cabral, 1977: 145).² Para a sua redacção o autor pode ter contado com a colaboração de Fernando Pessoa, que também escreveu umas “Bases para a formação de uma empresa ou companhia de productos portuguezes” (BNP/E3, 137-83^r a 90^r), umas “Bases para a organização de uma empresa exportadora portugueza” (dactiloscrito assinado por F.P., BNP/E3, 137-80^r a 82^r) e umas “Bases para dois projectos de concentração industrial”, estas últimas datadas de 26 de Fevereiro de 1922 (dactiloscrito assinado por F.P., BNP/E3, 137C-46^r a 57^r), tendo todas aparentemente ficado inéditas em vida do autor. Em notas manuscritas de Pessoa aparece ainda o título de um outro projecto: “Bases para um Estatuto Industrial” (BNP/E3, 137-2^v-2a^v).

¹ Veja-se a carta de Fernando Pessoa para Geraldo Coelho de Jesus de 10 de Agosto de 1919 (BNP/E3, 114²-36^r a 38^r), publicada pela primeira vez em Fernando Pessoa, *Correspondência Inédita* (1996: 106-108).

² O autor não indica a data em que tal publicação pelo *Tempo* terá ocorrido. Este “diário republicano conservador” apoiante do governo de Sidónio Pais, era dirigido por Simão Laboreiro, também das relações de Fernando Pessoa. Em 13 e 17 de Outubro de 1918 Pessoa publicou nesse jornal dois artigos políticos: “Falência?” e “Falta de lógica... passadista”.

2. BNP/E3, 92I-15^r a 16^r

O segundo escrito desconhecido aqui apresentado, conservado no espólio pessoal, é uma cópia a químico de um dactiloscrito de duas páginas, com alterações ao primeiro parágrafo feitas posteriormente a lápis na margem superior, intitulado O NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL DIRIGE-SE TERMINANTEMENTE Á NAÇÃO, datado de 8 de Julho de 1926 e assinado pelo NAN. Este texto, que se apresenta como um manifesto plausivelmente destinado a publicação (de que não há notícia), tem o mesmo título que o panfleto *O Nucleo de Acção Nacional dirige-se terminantemente á Nação*, subtulado *Primeiro Manifesto – O Interregno*, impresso plausivelmente em fins de 1927, que foi inicialmente proibido de circular pela censura e posteriormente publicado (Março de 1928) em folheto, com um título diferente: *O Interregno. Defeza e Justificação da Dictadura Militar em Portugal*.³ Além do título, o primeiro parágrafo do texto de 1926 que aqui se revela tem grandes semelhanças, sobretudo após as alterações nele feitas a lápis, com dois parágrafos do primeiro capítulo do panfleto de 1927 e do folheto de 1928. Assim, podemos afirmar que o autor aproveitou o título e um trecho do manifesto de 1926 para a redacção, em 1927, de um outro manifesto, *O Interregno*. Entre os dois manifestos, de dimensão e propósitos muito diferentes, não há mais semelhanças formais ou de conteúdo a registar, senão o comum intuito de o NAN se fazer escutar pelos responsáveis militares da Ditadura. Não se pode, pois, considerar este escrito como uma primeira versão ou um esboço de *O Interregno*, mas apenas como um seu antecessor remoto. Entre Julho de 1926 e finais de 1927 a situação política, liderada pelo general Óscar Carmona, evoluíra no sentido da sua consolidação e, por via disso, os aspectos em que Fernando Pessoa põe a ênfase nos dois manifestos são muito diferentes.

O manifesto que aqui se apresenta é datado de 8 de Julho de 1926, um dos momentos mais críticos da conjuntura política pós-revolução de 28 de Maio. Desde o dia 7 de Julho que se esboçava um movimento militar contra o governo do general Gomes da Costa, que subira ao poder com o golpe de Estado que em 17 de Junho depusera o governo do comandante Mendes Cabeçadas. Ao tomar conta do poder em Junho, Gomes da Costa publicara uma proclamação contra os políticos e os partidos (*Anais da Revolução Nacional*, vol. I, *Diário da Revolução Nacional*, p. 179) e multiplicara-se depois em declarações no mesmo sentido (desde 1925 que Gomes da Costa chamava “quadrilhas” aos partidos da República). A crítica que Fernando Pessoa faz neste manifesto ao discurso anti-políticos e anti-partidos revela claramente uma opinião contrária às posições de Gomes da Costa sobre esses precisos temas. Além disso, o manifesto redigido por Pessoa assume uma posição muito crítica dos católicos, dos monárquicos integralistas e dos simpatizantes do fascismo italiano – ou seja, daqueles quadrantes políticos mais à direita que se

³ Ver Barreto (2012: 175-176).

escudavam em Gomes da Costa, numa tentativa de assalto ao poder. Na madrugada de 8 para 9 de Julho eclodiu um golpe de Estado em Lisboa que depôs Gomes da Costa e colocou o general Óscar Carmona, que contava com o apoio de muitos militares republicanos, à frente de um novo governo da Ditadura Militar. Em consequência disso, o manifesto “O Núcleo de Acção Nacional dirige-se terminantemente à Nação” foi, de certo modo, ultrapassado pelos acontecimentos.

*

Transcreve-se adiante em primeiro lugar o texto *Núcleo de Acção Nacional - O seus fins* conforme publicado em Maio de 1919 no jornal *Acção*, seguido da reprodução do dactiloscrito original encontrado no espólio de Fernando Pessoa.

Em segundo lugar, transcreve-se o manifesto *O Núcleo de Acção Nacional dirige-se terminantemente à nação* conforme a cópia do dactiloscrito original existente no espólio, seguido da reprodução do documento. Na sua transcrição, repete-se entre parênteses rectos o primeiro parágrafo com a redacção resultante das alterações a lápis. Não sabemos quando é que o autor introduziu estas alterações, mas elas podem ter sido feitas só em 1927, dadas as semelhanças resultantes com dois trechos do primeiro capítulo de *O Interregno*.

Anexos**1. Jornal *Acção*, n.º 2, 19 de Maio de 1919, p. 2.****Nucleo de Acção Nacional****Os seus fins**

1. Promover em Portugal o estabelecimento de uma opinião publica de accordo com as necessidades primarias do paiz neste momento, e destinada, pela fôrça que adquira, a crear uma atmosphaera pouco propicia á politica meramente partidaria.

2. Crear essa opinião publica em volta da necessidade immediata da organização commercial e industrial do paiz, e da effectivação de planos definidos e concretos visando, acima de tudo, a nossa reconstrucção economica e a nossa revitalização financeira.

3. Promover a coordenação de competencias em todos os ramos da actividade nacional, fazendo com que uma constante intenção patriotica seja a fôrça intima de que resulte essa coordenação.

4. Promover a valorização profissional do individuo portuguez, e, ao mesmo tempo, a valorização patriotica das classes organizadas que resultem d'essa intensificação do valor practico do individuo.

5. Pugnar por a effectivação de uma politica internacional que se coadune com o estado de cousas que uma reorganização assim feita realize, ou tenda a realizar, isto é, uma politica internacional que estude mais a nossa valorização externa como entidade commercial do que a nossa valorização puramente politica, que não pode ser senão a de subserviencia perante umas nações e de inutil antagonismo perante outras.

Para a plena e intensa realização d'esta attitude, o NUCLEO entende não dever deixar que a sua actividade exceda os limites rigorosamente practicos que este programma impõe, não lhe cabendo, portanto, occupar-se d'estes problemas no seu sentido propriamente intellectual, nem de qualquer problema de tal modo que possa servir os interesses estreitos de determinado partido ou de determinada corrente politica.

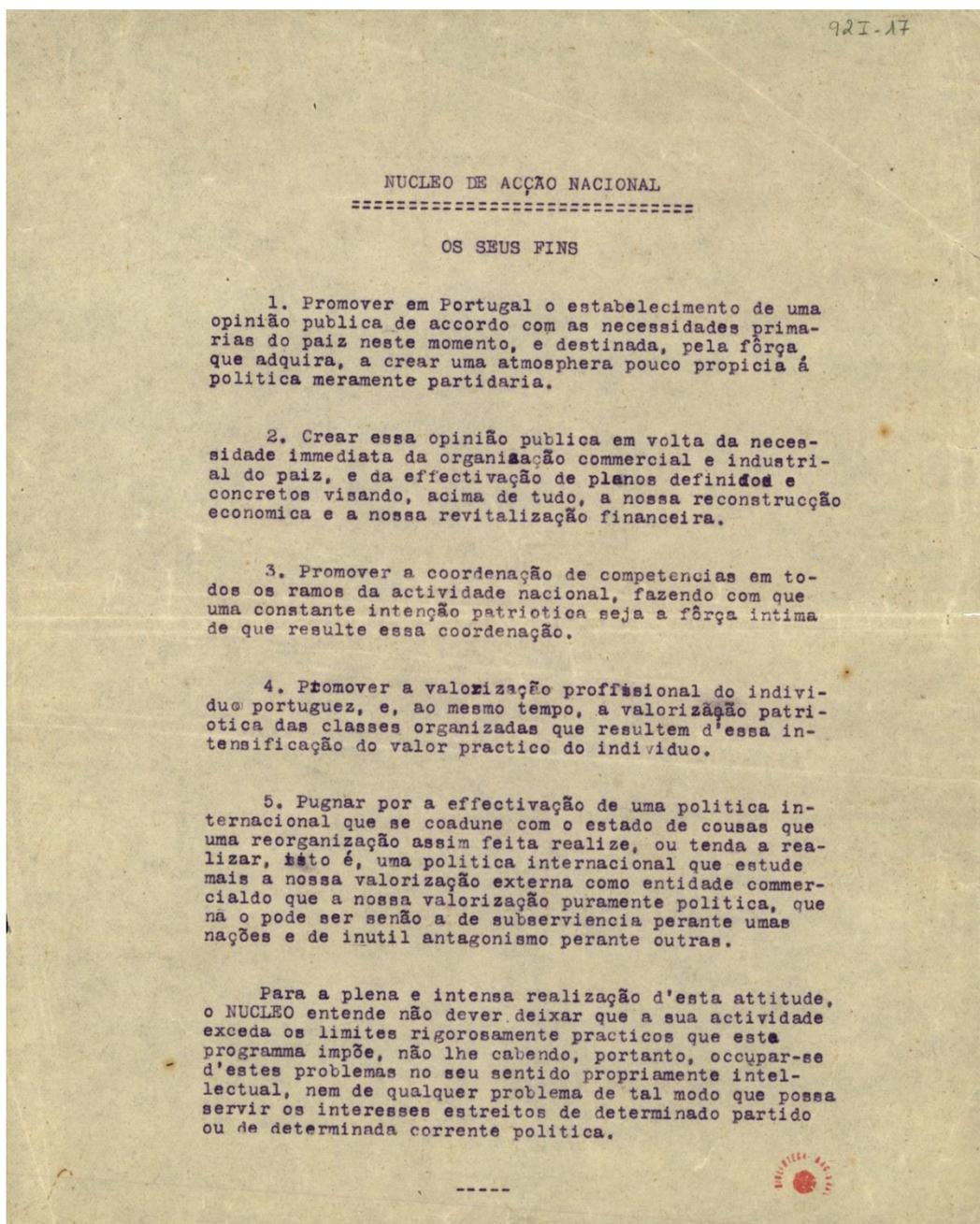


Fig. 1. BNP/E3, 92I-17.
Dactiloscrito original (cópia a químico).

2. BNP/E3, 92I-15^r a 16^r

O NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL
DIRIGE-SE TERMINANTEMENTE Á NAÇÃO

O Nucleo de Acção Nacional, que em determinadas horas tem intervindo – suavemente, como é seu modo; obscuramente, como é seu mistér – na vida da Nação, julga de seu dever dizer, aos que saibam ouvir, aquellas breves palavras que nem politicos, nem fingidos anti-politicos, poderiam proferir, porque não conhecem a linguagem em que devem ser dictas.

[O Nucleo de Acção Nacional, que em varias horas necessarias tem intervindo⁴ (suavemente, como é seu modo; obscuramente, como é seu mistér)⁵ na vida da Nação, julga ser chegado o momento de affirmar as palavras que só a elle compete dizer, e que só elle tem condições para proferir.⁶ Escravos da mentalidade estrangeira, uns, escravos da falta de mentalidade propria, outros – nenhuns, politicos ou não politicos – teem podido fallar superiormente aos portuguezes. Fal-o hoje, pela primeira vez desde 1578, o Nucleo de Acção Nacional.⁷⁸

Fez-se um movimento militar com um character nacional. É preciso que se lhe mantenha esse character nacional, tendente a afundar-se, em novas areias movediças de politica, logo desde a primeira hora. O que importa, acima de tudo, é que sejam nacionaes as forças que mantenham e dirijam o movimento na sua

⁴ que <em determinadas horas> [↑ <nas> [↑ a varias] horas necessarias] tem intervindo

⁵ <->(suavemente, como é seu modo; obscuramente, como é seu mistér<->)

⁶ julga <de seu dever dizer, aos que saibam ouvir, aquellas breves palavras que nem politicos, nem fingidos anti-politicos, poderiam proferir, porque não conhecem a linguagem em que deveriam ser dictas.> [↑ ser chegado o momento de <dizer> [↑ affirmar] as palavras que só [↑ a] elle compete dizer, e que só elle tem condições para proferir.]

⁷ [← Escravos da mentalidade estrangeira, uns, escravos da falta de mentalidade propria, outros – nenhuns, politicos ou não politicos – teem podido fallar superiormente aos portuguezes. Fal-o agora, pela primeira vez desde <o +++> [↑ 1578], o Nucleo de Acção Nacional.]

⁸ Compare-se este parágrafo, que é a versão alterada a lápis do primeiro, com dois parágrafos do primeiro capítulo de *O Interregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal* (Lisboa: Núcleo de Acção Nacional, 1928), que transcrevo: [primeiro parágrafo, p. 5] “O NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL, que em varias horas necessarias tem intervindo – suavemente, como é seu modo; obscuramente, como é seu mistér – na vida da Nação, pediu-nos, que todavia a elle não pertencemos, que escrevessemos, por ser a occasião de o fazer, um esboço ou breve formulario do que, em nosso entender, poderia ou deveria ser o Portugal futuro em as varias manifestações da sua vida collectiva. A esta incumbencia aggregou o NUCLEO a condição, a si mesmo imposta, de que accitaria por bom o que escrevessemos, e com tudo, o que isso fôsse, se conformaria, tendo-o por proprio.”; e [sétimo parágrafo, p. 6] “Escravos da mentalidade estrangeira, uns; escravos da falta de mentalidade propria, todos – nenhuns Portuguezes, politicos ou não-politicos, teem podido fallar nacional ou superiormente a este Paiz. Fal-o hoje, pela primeira vez desde 1578, e por nosso intermedio, o NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL”.

sequencia governativa. E para isso importa distinguir quaes são as forças anti-nacionaes. São de trez ordens.

1.^a – Os elementos corruptos da politica, quer estejam ou não filiados em partidos politicos. A campanha contra os partidos politicos, como taes, tal qual a tem feito alguns elementos pseudo-affectos á situação presente, é digna só de idiotas ou de dementes senis.⁹ Politico é todo individuo que se occupa de politica, superior ou inferior. Partidos politicos formam-se naturalmente em toda a parte onde ha politica. O que ha é que distinguir, nessa politica e nesses partidos politicos, os elementos que estão nelles por servir uma idéa, errada ou certa, por servir a Nação atravez de um ou de outro criterio, e os elementos que constituem clientellas, parasitas, meros funcionarios da politica. Todos os partidos¹⁰ politicos tem elementos sãos e aproveitaveis. Não o deve esquecer o politico verdadeiro e o verdadeiro cidadão.

2.^o – Os ideologos anti-nacionaes. Temol-os de varias ordens. Os mais evidentes dos anti-nacionaes são os bolchevistas, usando d’este termo, por conveniencia, para designar os anarcho-syndicalistas e os communistas. Estes individuos – e alguns typos de socialista tambem – são inimigos organicos da Nação, pois obedecem primariamente a correntes e doutrinas não só inimigas d’ella, mas inimigas do proprio espirito do nacionalismo. Ha, porém, outros ideologos anti-nacionaes¹¹, mais velados e mais hypocritas: são todos os catholicos organizados, ou catholicos politicos. Isto para não dizer todos os catholicos, se é que o são sinceramente. Um catholico tem, por um motivo religioso, que obedecer, primeiro e antes de mais nada, ao Papa; só depois poderá obedecer aos fins da Nação a que pertence. Todo o catholico é portanto um traidor virtual. É esta a razão porque Locke, fundador doutrinal do liberalismo e da tolerancia, excluia os catholicos das funcções do Estado inglez; não podia, allegava, admittir-se como funcionario um homem que servia outro soberano além do Rei de Inglaterra. A nossa historia antiga está cheia de exemplos d’esta acção anti-nacional. Mas elles são ainda mais evidentes – se tivermos olhos para os vêr – na nossa historia menos antiga. Grande parte da nossa decadencia se deve á nossa intoxicação catholica. Lembram todos o Dominio Hespanhol; quantos lembram o Dominio Papal? O Dominio Hespanhol tirou-nos durante sessenta annos a independencia; durante mais de trezentos nos tirou o Dominio Papal a intelligencia, a cultura e a individualidade.

3.^a – Os ideologos pseudo-nacionaes. Estes são quasi todos os que em Portugal se preocupam com politica do ponto de vista doutrinal. E são quasi todos porque quasi todos só o fazem plagiando e macaqueando doutrinas estrangeiras. Nasce lá fóra uma corrente radical; apparecem entre nós

⁹] este período foi posteriormente demarcado a lápis por parênteses rectos

¹⁰ <elementos> partidos

¹¹ <inim> anti-nacionaes

“pensadores” políticos com a mesma theoria. Um charlatão como Maurras consegue erigir em pseudo-systema francez¹² a doutrina politica do inglez Thomas Hobbes? Cá os temos a copial-o, e são os integralistas monarchicos. Separa-se de Maurras um outro imbecil, não menos charlatão que elle, Georges Valois? Cá temos integralistas sem regimen – imbecilidade dupla, pois a doutrina é incomprehensivel se lhe fôr retirado o fundamento monarchico. Surge em Italia um Mussolini? Funda-se entre nós uma corrente mussolinica. E assim¹³ com tudo e com todas as nações. O plagio tornou-se a essencia da nossa vida mental. Somos incapazes de pensamento original, somos incapazes de pensamento nacional. Ninguem ainda se lembrou de ser portuguez com a cabeça.

Haveria talvez que citar, tambem, como força desnacionalizante, a finança internacional. Esta, porém, não tem em Portugal um dos grandes campos de operação; nem ha governo portuguez sufficientemente elucidado para poder competentemente arcar com ella, se entre nós se installasse *directamente*. Indirectamente já cá a temos ha muito tempo; porém opera atravez de outros elementos. Se jugularmos a estes, teremos jugulado com isso mesmo (tanto quanto pode ser) a influencia d’ella.

São estas as breves palavras que levamos aos ouvidos da Nação e do novo Governo, se elles puderem, ou quizerem, ouvir-nos. Se não formos ouvidos já, não nos desconsolaremos, nem cahiremos em desesperança. Tempo virá em que nos oiçam os que tiverem verdadeiramente que nos ouvir.

Não temos, por ora, mais nada a dizer.

Lisboa, 8 de Julho de 1926.

NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL¹⁴

¹² pseudo-systema [← francez] *no original*: rancez

¹³ <O plagio torno> E assim

¹⁴ No verso da segunda página acha-se o seguinte trecho a lápis, da mão de Pessoa (vd. no final a reprodução do original): “Pergunte o publico a si mesmo se já leu, em linguagem portugueza, uma affirmação da ordem d’esta – positiva e superior.” Esta observação auto-elogiosa evoca o célebre parágrafo de *O Interregno* em que Pessoa dizia não haver nem em Portugal nem no estrangeiro quem tivesse “alma e mente” para produzir um escrito comparável ao seu.

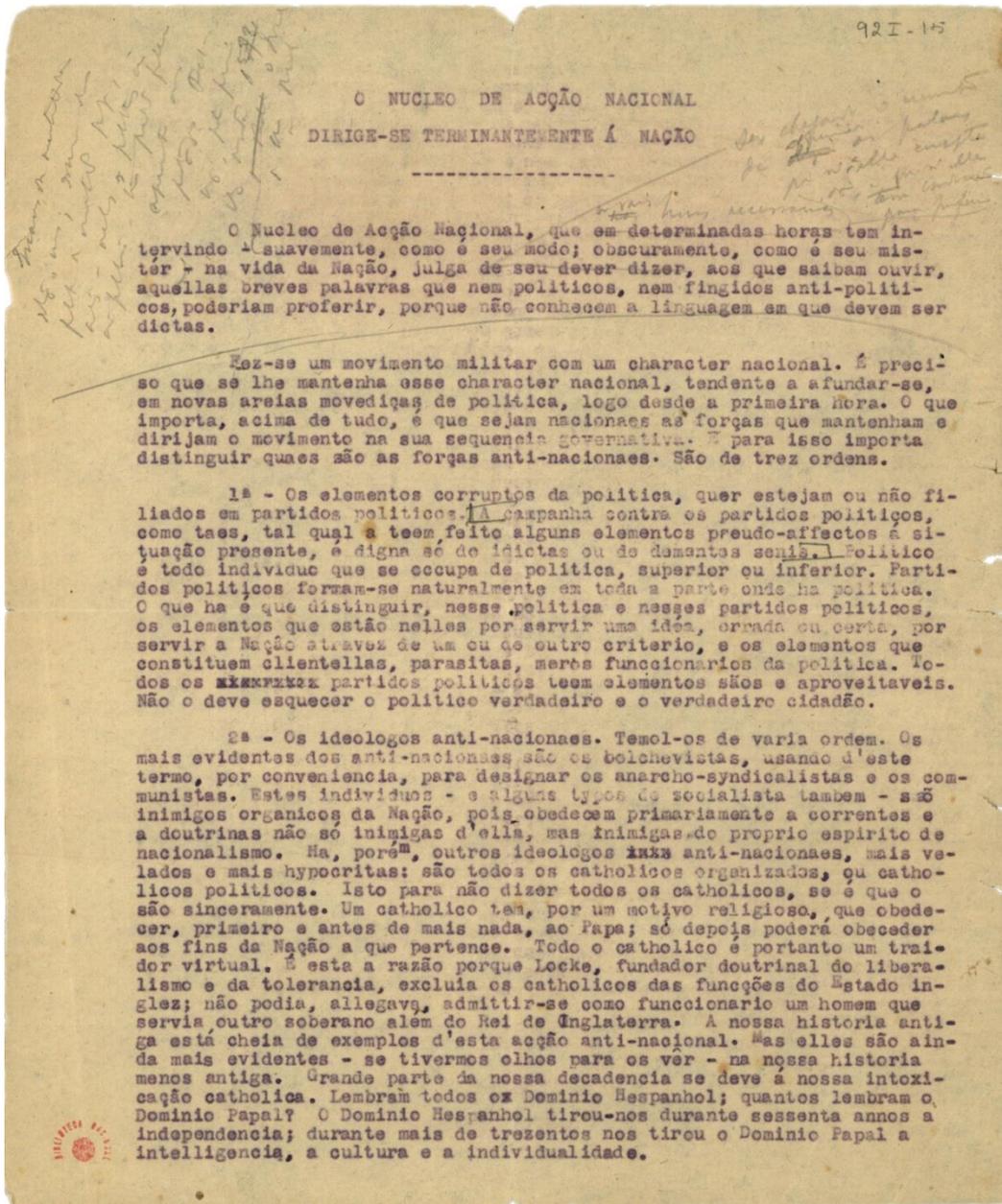


Fig. 2. BNP/E3, 92I-15.

O NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL
DIRIGE-SE TERMINANTEMENTE Á NAÇÃO.

3ª - Os ideólogos pseudo-nacionais. Estes são quasi todos os que em Portugal se preoccupam com politica do ponto de vista doutrinal. E são quasi todos porque quasi todos só o fazem plagiando e macaqueando doutrinas estrangeiras. Nasce lá fóra uma corrente radical; apparecem entre nós "pensadores" politicos com a mesma theoria. Um charlatão como Maurras consegue erigir em pseudo-systema/a doutrina politica do inglez Thomas Hobbes? Cá os temos a copial-o, e são os integralistas monarchicos. Separa-se de Maurras um outro imbecil, não menos charlatão que elle, Georges Valois? Cá temos integralistas sem regimen - imbecillidade dupla, pois a doutrina é incomprehensivel se lhe fór retirado o fundamento monarchico. Surge em Italia um Mussolini? Funda-se entre nos uma corrente mussolinica. E assim com tudo e com todas as nações. O plagio tornou-se a essencia da nossa vida mental. Somos incapazes de pensamento original, somos incapazes de pensamento nacional. Ninguém ainda se lembrou de ser portuguez com a cabeça.

Haveria talvez que citar, tambem, como força desnacionalizante, a finança internacional. Esta, porém, não tem em Portugal um dos grandes campos de operação; nem ha governo portuguez sufficientemente elucidado para poder competentemente arcar com ella, se entre nós se installasse directamente. Indirectamente já cá a temos ha muito tempo; porém opera atravez de outros elementos. Se jugularmos a estas, teremos jugulado com isso mesmo (tanto quanto pode ser) a influencia d'ella.

São estas as breves palavras que levamos aos ouvidos da Nação e do novo Governo, se elles puderem, ou quizerem, ouvir-nos. Se não termos ouvidos já, não nos desconsolaremos, nem cahiremos em desesperança. Tempo virá em que nos oigam os que tiverem verdadeiramente que nos ouvir.

Não temos, por ora, mais nada a dizer.

Lisboa, 8 de Julho de 1926.

NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL.



Fig. 3. BNP/E3, 92I-16.

O NUCLEO DE ACÇÃO NACIONAL
DIRIGE-SE TERMINANTEMENTE Á NAÇÃO.

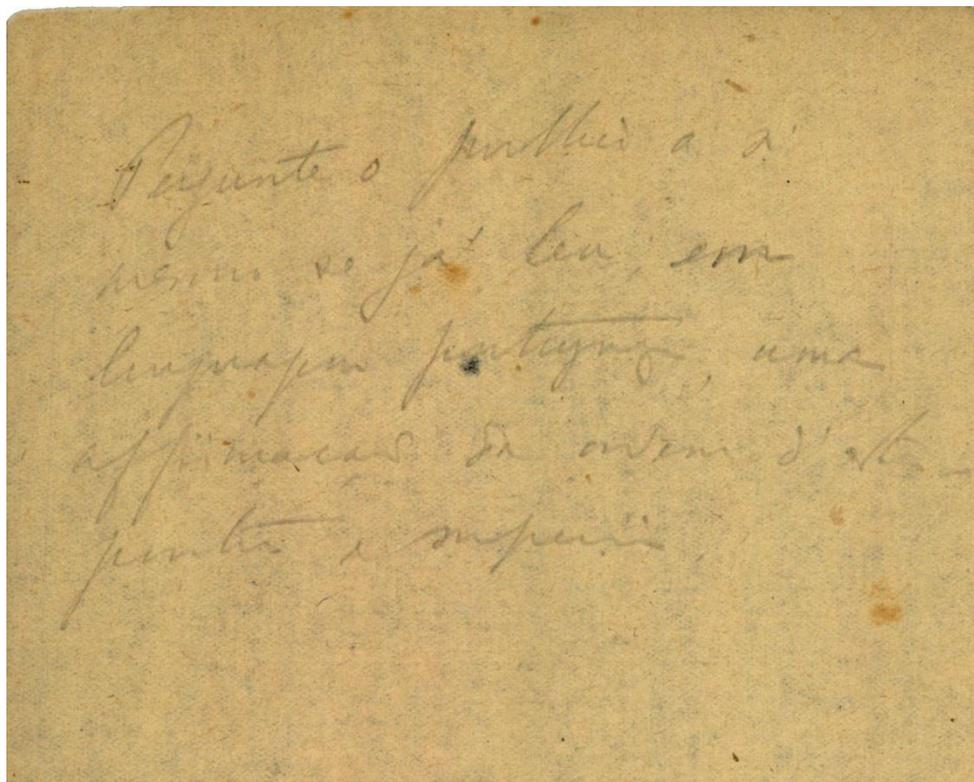


Fig. 6. BNP/E3, 92I-16^v.

Observação a lápis, da mão de Fernando Pessoa, no verso da segunda folha:

“Pergunte o publico a si mesmo se já leu, em linguagem portugueza, uma affirmação da ordem d’esta – positiva e superior”.

Bibliografia

- AMEAL, João (1948) (Dir.). *Anais da Revolução Nacional*, vol. I, *Diário da Revolução Nacional*. Lisboa: E. L. Guimarães e A. D. Arnaut.
- BARRETO, José (2012). "A publicação de *O Interregno* no contexto político de 1927-1928", in *Pessoa Plural*, n.º 2, Outono, pp. 175-207.
- JESUS, Geraldo Coelho de (1919). *Bases para um Plano Industrial*. Lisboa: Núcleo de Acção Nacional.
- PESSOA, Fernando (1966). *Correspondência Inédita*. Organização de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Livros Horizonte.
- ____ (1928). *O Interregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal*. Lisboa: Núcleo de Acção Nacional.
- VILLAVERDE CABRAL, Manuel (1977). *O Operariado nas Vésperas da República 1909-1910*. Lisboa: Presença.